

Sociologia e história em duas análises da Revolução Francesa*

Sociology and History in Two Analyzes of the French Revolution

Mario Luis Grangeia¹

Resumo

O artigo analisa como a sociologia histórica renovou a abordagem das relações entre a história e a teoria, ou seja, entre eventos singulares e padrões gerais. A partir de um exame crítico de duas leituras transdisciplinares da Revolução Francesa, sustenta-se que essa linhagem sociológica, subexplorada pelos historiadores contemporâneos, contribui para uma articulação fértil de dois enfoques complementares. Após uma síntese do debate sobre os enlaces entre a sociologia e a história, são comparados e discutidos conceitos, teorias e métodos de Skocpol (1985) e Mann (1993). O diagnóstico sobre a circularidade entre o foco generalizante da sociologia e o da história no singular é matizado numa comparação com a análise de Hobsbawm (1977) sobre a revolução que inquietou os primeiros sociólogos e é o marco historiográfico da transição da Idade Moderna à Contemporânea.

Palavras chave: Sociologia histórica, Transdisciplinaridade, Revolução Francesa, Theda Skocpol, Michael Mann.

Abstract

The article analyzes how historical sociology renewed the approach to the relationship between history and theory, or between singular events and general patterns. From a critical examination of two transdisciplinary readings of the French Revolution, this paper argues that this sociological lineage, underexploited by contemporary historians, contributes to a fertile articulation of two complementary approaches. After a brief discussion on the bonds between sociology and history, I compare and debate the concepts, theories and methods of Skocpol (1985) and Mann (1993). The diagnosis of the circularity between the generalizing focus of sociology and history's focus on the singular is nuanced by a comparison to Hobsbawm's analysis (1977) of the revolution that disquieted the first sociologists and is the historiographical milestone of the transition from Modern to Contemporary Age.

* Uma versão anterior deste trabalho foi escrita para o curso de Sociologia histórica, oferecido no PPHIS/UFRJ (2012/2) por Marcos Bretas e Vitor Izecksohn. Agradeço sugestões da professora Elisa P. Reis sobre aquela versão e dos dois pareceristas da revista *Enfoques*.

¹ Doutorando em Sociologia (UFRJ) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED/UFRJ) desde 2008; e-mail: mario.grangeia@gmail.com.

Keywords: Historical sociology, Transdisciplinarity, French Revolution, Theda Skocpol, Michael Mann.

1. Introdução

Este estudo examina como a sociologia histórica renovou a abordagem das relações entre a história e a teoria, ou entre eventos singulares e padrões gerais. Para tanto, discutem-se duas análises da Revolução Francesa, fato que inquietou os primeiros sociólogos e é o marco historiográfico da transição da Idade Moderna à Contemporânea. O estudo comparativo dos conceitos, teorias e métodos de Skocpol (1985) e Mann (1993) pretende lançar luz sobre possibilidades abertas por essa convergência transdisciplinar.

A próxima seção discute questões sobre a relação, ora harmônica, ora tensa, da história com a sociologia. As preocupações intelectuais sobre como ir além dos limites simbólicos dessas disciplinas são mapeadas a partir de obras de sociólogos e historiadores.

A terceira seção revisa em paralelo as leituras da Revolução Francesa em Skocpol (1985) e Mann (1993), evidenciando traços comuns e singulares em abordagens do mesmo processo. Essa justaposição de análises realça a estratégia de enfocarem eventos históricos não visando só ilustrar ou explicar generalizações, mas formular teorias a partir de fenômenos singulares que, nessas obras, foram submetidos a comparações — num caso, com as revoluções chinesa e russa; no outro, com a revolução industrial e a americana.

A quarta seção articula os debates anteriores, refletindo sobre como Skocpol e Mann apreendem a sociologia e a história. A comparação ressalta semelhanças cuja origem é a afiliação de ambos à sociologia histórica, bem como distinções oriundas dos temas, perspectivas teóricas e ênfases metodológicas

como o uso da comparação para elaborar teoria (ambos) ou para, ao mesmo tempo, qualificá-la (Mann). O contraste com o exame da Revolução Francesa em Hobsbawm (1977) matiza ainda mais tal diagnóstico sobre a circularidade entre o foco generalizante da sociologia e o foco da história no singular.

A conclusão retoma questões suscitadas pelos enlaces entre a sociologia e a história, contribuindo para se pensar a transdisciplinaridade. Ao conciliar enfoques aqui identificados como “centrípeto” e “centrífugo” (de fora para dentro e vice-versa), a sociologia histórica é um exemplo de conjunto cujo valor supera a soma de suas partes. Em outras palavras, ela se destaca pela capacidade de aliar a teoria e os eventos com um equilíbrio que a sociologia e a história, por si mesmas, seriam insuficientes para atingir.

2. Sociologia, história e suas articulações

Ao definir os conceitos que julgava fundamentais à sociologia, Weber (1991) opôs as pretensões das análises sociológica e histórica de modo sintético: a sociologia considera que há regularidades na ação social, logo cria conceitos de tipos e busca regras gerais dos acontecimentos, enquanto a história analisa ações, formações e personalidades individuais culturalmente importantes. Um denominador comum nelas, segundo Weber, é o anseio de prestar um serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente relevantes.

Tais diferenciais poderão ser reconhecidos nas obras focalizadas na próxima seção.

Muitos autores frisaram as sobreposições entre a ciência social e a história, mas poucos foram tão contundentes quanto Giddens (1984), para quem as distinções entre elas, se houver, são meras divisões de

trabalho, pois não há cismas lógicos ou metodológicos.

Embora a sociologia histórica tenha privilegiado macroprocessos, como a gênese dos Estados nacionais ou a industrialização, ela se aplicaria à microhistória. Abrams (1982), para quem a explicação sociológica é sempre histórica, indicou esse uso lembrando que a história, como interação entre estrutura e ação, não se dá apenas em sociedades e civilizações, mas em prisões, fábricas, famílias ou firmas. “O que se advoga quando falamos da sociologia histórica como o elemento central da sociologia como um todo é muito mais do que um pedido por mais ‘pano de fundo histórico’” (*Idem*:8). Para Abrams, o principal é tomar o passado não só como o ventre do presente, mas como a única matéria-prima para a construção do presente.

Na ótica de Goldthorpe (1991), a história e a sociologia são empreendimentos intelectuais tão distintos que os sociólogos não

conseguiriam criar uma grande teoria trans-histórica¹. Segundo esse historiador, os sociólogos devem lidar com o passado apenas quando o fato estudado requerer; nesse caso, deveriam trocar fontes secundárias pelas originais, a exemplo do que fazem os historiadores².

Em que pese críticas como as de Goldthorpe, a sociologia histórica avançou muito com obras apoiadas basicamente em fontes secundárias, usadas com fartura não só por sociólogos como os autores discutidos mais adiante, mas entre historiadores como Hobsbawm (1977:16), segundo o qual “fora de uma área razoavelmente estreita, eles [historiadores] precisam contar em grande parte com o trabalho de outros historiadores”.

¹ Goldthorpe frisou o caráter histórico da sociologia, não a vislumbrando sem a história. Ele tomou a natureza da evidência como a distinção crucial entre elas: a história privilegia “reliquias” (relics) do passado, enquanto sociólogos “têm o considerável privilégio de poderem gerar evidência no presente” (*Idem*: 225).

² Outra sugestão para a sociologia histórica partiu de Kiser e Hechter (1998), que defenderam que a teoria da escolha racional

3. Duas leituras sobre a Revolução Francesa

A revisão das análises da Revolução Francesa por Skocpol (1985) e Mann (1993) visa identificar contribuições da sociologia histórica às disciplinas que nela confluem: a sociologia e a história. Logo, desloca-se o foco da íntegra dessas obras a um de seus temas compartilhados – as causas e efeitos da mobilização deflagrada em 1789 – a fim de realçar traços comuns e singulares nos conceitos, métodos e teorias, sintetizados na seção 4.

As duas obras são contraexemplos de uma prática da maioria dos livros de sociologia criticada por Abrams (1982): a separação de um capítulo ou uma parte para fixar o pano de fundo histórico do que será discutido no corpo do livro. “Tais capítulos tipicamente dão conta de eventos ‘significativos’ que fornecem o

fosse usada por ela para vários temas, não restritos às abordagens microssociológicas.

contexto de uma experiência presente. (...) Mas muito frequentemente o resto da análise é bastante a-histórica” (*Idem*:8). Skocpol e Mann, como se verá, fazem justamente o oposto: entrelaçam sociologia e história de tal modo que deixam em primeiro plano o fundo histórico, não com mera pretensão ilustrativa ou de explicação adicional, mas de elaborar teorias conciliando generalização e singularidade.

3.1. *A primeira revolução social segundo Skocpol*

Em “Estados e revoluções sociais”, Theda Skocpol (1985) pesquisou as revoluções na França (1789), China (1911) e Rússia (1917) fazendo uma análise histórica comparativa para “elaborar, testar e apurar hipóteses explicativas e causais de acontecimentos ou estruturas que integram macroestruturas como os Estados-nações” (*Idem*:49). Esse método foi usado por autores como Tocqueville, Marc Bloch e Barrington Moore, que, segundo Skocpol,

atentaram às causas dos processos, ao contrário dos historiadores naturais, que buscaram descrever seus ciclos característicos como se eles tivessem seqüências típicas.

Uma intenção alcançada por Skocpol foi superar a defasagem entre a teoria e a história que notava nos estudos marxistas e teorias acadêmicas da sociologia da revolução à época. Sem negar a influência recebida da concepção marxista de relações de classes e das ideias dos teóricos do conflito político sobre os requisitos das mobilizações, Skocpol inovou ao conceber três princípios teóricos alternativos aos estudos correntes de revoluções: perspectiva estrutural (ênfase nos padrões de relações entre grupos e sociedades, em oposição à visão voluntarista); referência sistemática ao contexto internacional e à história mundial (as teorias prevalentes privilegiavam os contextos intranacionais); e autonomia potencial do Estado (visto como uma organização

administrativa e coerciva não atrelada só a forças e interesses socioeconômicos).

Rompendo com as visões de então sobre revoluções, Skocpol usou o conceito de “revolução social” para definir os desdobramentos daquelas crises político-sociais entre os franceses, chineses e russos. “As revoluções sociais são transformações rápidas e radicais das estruturas de classe e de Estado de uma sociedade; e são acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes inferiores” (*Idem*:16). A peculiaridade das revoluções sociais, frente às políticas como a inglesa, é que as mudanças centrais nas estruturas política e social são simultâneas e se reforçam mutuamente. As lutas de classe são fundamentais nesses casos.

Graças ao método de análise comparativa, Skocpol concluiu que o fim do Antigo Regime e os processos revolucionários na França, China e Rússia tiveram causas e efeitos

comuns, apesar das singularidades. Como ela ressaltou, esses Estados, que eram agrários, fortes e politicamente ambiciosos antes das revoluções, vieram a se tornar centralizados, burocráticos e incorporadores de massas, com maior potencial de grande potência na arena internacional. Essa transformação teve uma conjuntura semelhante, segundo a socióloga:

Nas três Revoluções, as crises aceleradas a partir do exterior combinaram-se com as condições e tendências estruturais internas e produziram a seguinte conjuntura: (1) a incapacitação dos aparelhos de Estado dos Antigos Regimes; (2) o alastramento das revoltas das classes mais baixas, mais decisivamente de camponeses; e (3) tentativas por parte dos líderes políticos mobilizadores de massas para consolidar o poder do Estado revolucionário. (SKOCPOL, 1985:54)

A autora frisou a interdependência de estruturas socioeconômicas e político-militares, atribuindo as tensões naquelas sociedades às relações de classe e àquelas entre cada classe e o Estado. Ao aprofundar o exame do Estado, economia, classe dominante, dilema fiscal e crise política revolucionária,

ela pôde atestar a insuficiência de explicações correntes da Revolução Francesa a ascensão da burguesia e o aparecimento de um Iluminismo crítico da autoridade tradicional e arbitrária e da síntese entre elas. A ênfase no dilema fiscal (finanças agravadas por derrotas em guerras e tentativas de cobrar mais impostos) evidencia a atenção de Skocpol às pressões militares estrangeiras e às condições estruturais. Já ao detalhar a crise política, ela apontou os interesses dos múltiplos setores envolvidos, como oficiais do exército, aristocratas e na contramão de outros estudos camponeses, cujas insurreições foram vistas à parte. Ao lado da desorganização administrativa/militar, as insurreições camponesas constituíram, segundo Skocpol, os fatores conjunturais decisivos para as três crises sociais-revolucionárias.

Sem capacidade repressiva organizada, o Estado francês, tal como o chinês e o russo, gerou condições favoráveis às revoltas

generalizadas e irreversíveis contra os donos de terras. Com a classe dominante afundada numa crise política sob a pressão internacional em meio à modernização, o campesinato concretizou antigos anseios insurreccionais, dando margem à crise responsável por outras mudanças políticas e sociais. Citando a importância do campesinato indicada por Lefebvre, Skocpol notou que, se não fosse a revolta no campo, a Revolução

poderia ter se limitado às reformas constitucionais.

A passagem do Antigo ao Novo Regime na França foi marcada, portanto, por rupturas nas relações de classe, na economia, nas relações internacionais e na situação do Estado e continuidades, como a permanência de uma sociedade predominantemente agrária e da adesão à competição internacional. A tabela 1 a seguir sintetiza as mudanças principais para Skocpol:

Tab. 1. Antigo e Novo Regime na França (Skocpol)

| | Antigo Regime | Novo Regime |
|------------------------------|--|--|
| Relações de classes | Classe dominante bem influente na monarquia. Camponeses vs. senhores, que cobram direitos. | Direitos e privilégios senhoriais abolidos sem redistribuição da propriedade da terra. |
| Economia | Economia agrária-comercial sem grandes unidades. Indústria não mecanizada. Domínio por grupos de pequenos proprietários. | Domínio da propriedade privada e economia de mercado. Capitalismo facilitado, favorecendo grandes donos de terra. |
| Cenário internacional | Pressões moderadas (sucessivas derrotas em guerras devido à competição com a Inglaterra). | França engaja-se na disputa militar continental como potência potentemente hegemônica. |
| Situação do Estado | Monarquia absolutista semiburocrática. | Estado profissional-burocrático não controlado por partidos; promove estabilidade interna e |

| | |
|--|-------------------|
| | expansão militar. |
|--|-------------------|

Fonte: adaptado de Skocpol (1985:169-173).

Ao expor as consequências das revoluções sociais, Skocpol citou que, ao contrário da Rússia e da China, o Estado francês não foi dirigido por um partido e a revolução foi rotulada como “burguesa”. “A Revolução Francesa culminou na instauração de um Estado de burocratas profissionais que coexistia simbioticamente com mercados nacionais e com a propriedade privada capitalista, tendo mesmo assegurado o seu pleno desabrochamento” (*Idem*:176). Segundo Skocpol, a mobilização popular foi, após 1793, suprimida ou arregimentada pelo recrutamento militar, o que neutralizou as atividades políticas. No longo prazo, porém, a presença popular nos temas estatais aumentou naqueles três países.

O destaque conferido por Skocpol à análise da estrutura e do funcionamento do Estado geralmente negligenciados pelos

estudiosos da Revolução Francesa mostra-se muito fértil. Tal mirada original serve ao debate da tese corrente de uma “revolução burguesa”, à qual a autora contrapõe constatações como a de que “os homens que dominaram a França depois da Revolução não eram empresários industriais ou capitalistas, mas essencialmente burocratas, soldados e possuidores de bens de raiz” (*Idem*:191). Ela acrescentou que, em certa medida, a Revolução retardou o desenvolvimento econômico francês. A concentração da burguesia no comércio, em profissões liberais e na terra em detrimento da indústria ainda não mecanizada inibiu o avanço dos investimentos industriais. A economia continuou predominantemente agrária e os camponeses continuaram a trabalhar a terra praticamente sem qualquer mudança.

A percepção da Revolução Francesa como “burguesa” também foi posta em xeque em termos políticos, pois não foi a burguesia capitalista nem seus representantes que lideraram a luta. Atenta à inserção francesa em guerras na Europa de 1792 a 1814, Skocpol notou que elas foram mais decisivas do que interesses de classe para a criação do Estado, dadas as exigências para gerir conflitos e suas repercussões políticas internas. Um exemplo foi a substituição de legislações, tributos e alfândegas regionais por variantes nacionais.

Em vez de “burguesa”, Skocpol considerou mais adequado tomar a revolução como “burocrática, arregimentadora de massas e reforçadora do Estado” (Idem:196). Afinal, suas consequências políticas não foram as preferidas pelos grupos economicamente dominantes, que almejavam algo próximo ao sistema parlamentar inglês¹. Esse modelo

¹ Tal percepção ilustra a difundida ideia de Marx de que os homens fazem sua história,

mais liberal não vingou devido à capacidade política limitada da classe dominante (divisão interna sobre a escolha das instituições representativas e entre as autoridades locais) e ao efeito das revoltas camponesas (atacando donos de terra, ampliaram a polarização política na classe dominante). Nesse contexto, deputados mais militantes votaram o fim de direitos senhoriais, das elites do Terceiro Estado e do alto clero em 4 de agosto. O rei, ao não cooperar, reforçou as tendências radicais republicanas e democráticas e as elites mais liberais não construíram um governo parlamentar apto a unir a classe dominante contra ameaças políticas burocráticas e populares.

Em 1792, a guerra contra a Áustria fechou a fase liberal e desencadeou a centralização governamental e a mobilização popular que culminaram no Terror Montanhês (1793-94) e na ditadura

mas não do modo que desejam, bem como a ênfase de Weber nas consequências não

napoleônica. O evento foi lido por tantos como um acidente que desviou a revolução, mas Skocpol o julgou “um elemento fulcral e constitutivo justamente como seria de esperar do conhecimento da natureza e dilemas do Antigo Regime” (*Idem*:202). Logo, a revolução teria sido causa e não só antecedente de um sistema belicista que visou dominar a Europa.

A análise de Skocpol respondeu a controvérsias entre historiadores, como em relação às razões para o fim da ditadura montanhesa e a radicalização da revolução até 1794. Segundo ela, a combinação de contradições econômicas e políticas não é uma explicação suficiente como sustentam alguns historiadores a não ser que se considere a inserção delas no contexto sociopolítico dos fins do século XVIII.

intencionais inerentes a processos históricos.

Entre as mudanças no Estado e na sociedade pós-revolução, Skocpol frisou a criação do Exército nacional com corpo profissional de oficiais, o aumento do aparato administrativo, com um funcionalismo e a unificação do erário, orçamento e controle de receitas e despesas, e o maior envolvimento estatal na sociedade, com funções novas como a educação secundária e universitária. Embora presente na sociedade e na economia, o Estado francês não foi tão tentacular e dinâmico sobre elas quanto os Estados-Partidos comunistas da China e da Rússia.

Com um Estado mais autônomo e uma economia de mercado, Skocpol notou que os donos de riquezas poderiam se dedicar mais aos interesses econômicos, como alternativa aos cargos públicos e à apropriação de mais-valias. Outro feito da revolução, além de condições favoráveis ao desenvolvimento capitalista, foi o modelo sociopolítico que distinguiu

a França de outras nações capitalistas industriais: eliminaram-se os “resquícios medievais” do regime senhorial e os privilégios particularistas, em prol do Estado, campesinato e donos de riquezas.

3.2 Mann: quatro fontes de poder em jogo

Michael Mann analisou a Revolução Francesa no segundo volume de “As fontes do poder social” (1993), no qual discutiu a ascensão de classes e estados-nação, entre a revolução industrial e a I Guerra Mundial, retomando a tese de que a estrutura das sociedades tem quatro fontes de poder: ideológica, econômica, militar e política. Se os poderes econômico e militar prevaleceram no Ocidente do século XVIII, a matriz militar já cedera seu coprotagonismo à política quando os Bourbon decaíram. A Revolução Francesa, como as americana e industrial, envolveu mudanças nas quatro fontes de poder, “levando classes, nações e seus rivais adiante em formas

complexas que frequentemente saíram de seu controle” (MANN, 1993:4).² O avanço do capitalismo e da revolução militar gerou alterações ideológicas e políticas com lógicas parcialmente autônomas: o maior nível de instrução e o advento do Estado moderno.

Mann notou que as classes e estados-nação não revolucionaram a estratificação social: o poder distributivo exceto pela questão de gênero foi menos transformado no período do que a tradição teórica propôs. Entre os sociólogos e historiadores com essa visão, ele citou Barrington Moore, Rokkan, Lipset e Mayer, que frisaram duas ideias: a tradição importa, isto é, o capitalismo e o industrialismo se moldaram a formas mais antigas; e as relações de poder vão além da economia (modos de produção e classes), incluindo relações de poder político, militar, geopolítico e ideológico. A teoria da mudança

social de Mann se filia àqueles autores.

No lugar de teorias dicotômicas com um fator-chave de análise (a luta de classes, por exemplo), Mann propunha seu modelo IEMP sigla para os poderes ideológico, econômico, militar e político, que se mostrou muito profícuo aplicado às revoluções do século XVIII. O poder ideológico, por exemplo, foi crucial na ascensão das classes burguesas e nações, ao influir nas paixões, criando, nos termos de Benedict Anderson, “comunidades imaginadas”.

A Revolução Francesa foi uma revolução de classe? Mann partiu dessa questão para indicar três correntes que relativizaram tal noção: “revisionismo fiscal-militar”, de Skocpol e Behrens, que ligou a revolução à disputa com a Inglaterra raiz da crise fiscal e à luta de classes gerada por ela; “revisionismo

de classe”, de Cobban e Goldstone, que viu a liderança não burguesa revolucionária como uma fratura de um antigo regime em declínio; e a “escola ideológica”, de Furet, Hunt e Sewell, que considerou a revolução como dirigida por ideias, formas culturais e classes mais mobilizadas simbolicamente do que materialmente.

Ao retratar tais vertentes, Mann expôs concordâncias como à ênfase de Furet e Hunt na orientação da revolução mais por princípios do que por pragmatismo e discordâncias como ao modelo “uma-classe” de Skocpol e Goldstone, que teria ignorado amplamente a burguesia e a pequena burguesia ao frisar corretamente o campesinato. Daí ele se perguntar se os princípios partiram da experiência dos atores de poder ou de uma criação de ideólogos alheia à vivência prática. Tal questão o levou a focalizar as infraestruturas ideológicas, permitindo acessar o significado causal do poder ideológico. Os erros

² Todos os trechos citados de Mann (1993) foram traduzidos livremente pelo autor deste artigo.

dos agentes seriam essenciais às revoluções, que se desenvolvem quando os regimes perdem os poderes de se concentrarem sobre seus interesses.

A Revolução Francesa foi um evento histórico-mundial singular. Foi a primeira, e virtualmente a única, revolução burguesa bem-sucedida. Seus atores de poder estavam “inconscientes”, ao contrário de atores de poder posteriores em qualquer país. Eles não sabiam no começo que estavam numa revolução. Portanto, fizeram o que imprevisivelmente poderia se mostrar como sinistros erros de cálculo do rei e das ordens privilegiadas especialmente. Seus erros de cálculo contribuíram para a exaustão da política prática e para o recurso a princípios ideológicos da revolução. (MANN, 1993:170).

A precedência da economia na origem da revolução foi rejeitada por Mann, para quem o problema econômico era mais grave em quase todos os outros países europeus, e neles não houve surtos revolucionários. Ele assinalou, em consonância com Skocpol, que o militarismo geopolítico francês gerou dificuldades fiscais, mas discordou dela por tomar a França como um Estado em desenvolvimento tardio ou ímpar. A contribuição do poder

ideológico incluiu desde o letramento, que cresceu rápido e sob menor controle de autoridade, até o Iluminismo, com ideias como a condenação do feudalismo, superstição e metafísica e a fé na razão. Quanto ao poder militar, cresceu o profissionalismo e a lacuna entre oficiais e outros níveis, motivando um conflito quase de classe entre “nascimento” e “mérito” e entre ricos e plebeus.

Igualmente atento à conjuntura internacional, Mann frisou a relevância da crise fiscal gerada pela Guerra dos Sete Anos (1757-63) contra a Inglaterra. Os ministros teriam admitido que os camponeses eram perigosamente levados à quase subsistência e que a oposição a ações reformistas partia de proprietários privilegiados que controlavam parlamentos e tribunais. Em meio a interesses das elites e partidos, o rei hesitava ainda como um protetor dos direitos de propriedade. Diante disso, o autor

viu a postura real como uma causa necessária da revolução.

Em paralelo à crise fiscal, Mann diagnosticou o aumento da resistência por princípios, contextualizando a trajetória de advogados iluministas como Robespierre, que no começo não pensavam como revolucionários, mas como idealistas desejando uma “república da virtude”. Um canal acessível para as queixas eram os “*cahiers de doléance*” (cadernos de reclamações), feitos por representantes locais de cada estado, que não pareciam maus ao regime. Os *cahiers* da nobreza e do terceiro estado atacavam a arbitrariedade real e partilhavam, em grande parte, pleitos pela convocação dos Estados Gerais e às vezes por uma constituição escrita, liberdade de imprensa e igualdade da carga tributária. “Não havia sinal de democracia ou revolução, e sua linguagem era mais de advogados do antigo regime do que de filósofos” (*Idem*:184).

Para testar a hipótese da liderança dos burgueses, o autor pesquisou a ocupação dos membros das assembleias entre 1789 e 1794 e notou grande proporção inicial de funcionários da coroa e advogados independentes com isso, afastou a visão de um pioneirismo burguês.

A elevação dos princípios morais, ausente em tantas revoluções, remontava a um Iluminismo que unia religião, ciência, filosofia e artes (nos bolcheviques, os princípios morais vinham da teoria “científica” da luta de classes). Os revolucionários acreditavam na “república da virtude”, mas alguns só porque fosse útil crer nela. “Eles preferiam mérito e trabalho sobre o privilégio, universalismo sobre particularismo, laissez-faire sobre mercantilismo e monopólio[,] (...) acreditavam na propriedade privada absoluta a ser defendida contra privilegiados e pares sem propriedade” (*Idem*:194). Uma singularidade dos líderes revolucionários na França foi seu

temor ao Judiciário maior do que às ruas.

Mann fez menções sucintas a eventos como a convocação dos Estados Gerais, com a disputa quanto à reunião em separado ou conjunta dos estados, e o 4 de agosto, com a votação quase unânime pelo fim de direitos feudais e privilégios. Segundo ele, os líderes descobriram quase acidentalmente que os slogans de princípios poderiam criar laços emocionais entre os atores de poder. O princípio tornou-se, ainda que como consequência não intencional da ação, uma propriedade emergente da política revolucionária.

Após 1790, Mann julgou essencial a interação entre cinco atores de poder: o antigo regime, com núcleo no Judiciário; a burguesia substancial; a pequena burguesia, com seu núcleo *sans-culotte*; o campesinato; e a elite ideológica, líder inicial da revolução. Em relação aos camponeses, por exemplo, ele comentou que seu

núcleo ativista ganhou consciência de classe e citou Barrington Moore, para quem “o campesinato foi o árbitro da Revolução, mas não sua principal força propulsora” (MOORE *apud* MANN, 1993:199). Mann ressaltou o motor da “conexão capitalista” entre os movimentos urbano e rural. Nessa fase, a Revolução concentrou-se nos atores urbanos a elite ideológica, a burguesia substancial e, mais atrás, a pequena burguesia com o novo princípio legitimador do “povo” ou da “nação”.

A Revolução Francesa, que se tornara uma luta de classes pautada no fim do privilégio e em direitos de propriedade absolutos, logo se converteu num conflito nacional. No início, a elite ideológica, oriunda amplamente da burguesia substantiva, compartilhava a administração e o exército com um rei desacreditado. Para pressioná-lo, precisou apelar à violência popular, apoiada por instituições pequeno-burguesas que uniram a imprensa

inflamável com unidades semidisciplinadas da guarda nacional e a plebe. Em 10 de agosto de 1792, uma insurreição popular levou à queda do rei e à transformação numa república. A mobilização e seus efeitos foram citados com uma míngua de informações que seria difícil de encontrar num historiador.

Nessa etapa da revolução, marcada por disputas contra prussianos e austríacos, mesmo muitos moderados viram a guerra como ativadora do princípio iluminista. Ao contrário do que esperava o líder girondino Brissot, a guerra moveu a liderança esquerdista e aproximou do Estado a guarda nacional pequeno burguesa e os comitês. Com esse novo ator coletivo, emergiu uma luta entre esquerda e direita, girondistas e montanheses, e facções de jacobinos. Segundo Mann, era uma luta de classes, mas entrelaçada e focada em outra grande questão: quão centralizado ou regionalizado seria o Estado. “A França foi ainda mais centralizada à

medida que a guerra adicionou a intervenção econômica do governo” (MANN, 1993:206).

A guerra, que sobreviveu ao Terror termidoriano, alterou a legitimação revolucionária, vinculada então a um estado-nação mais forte e centralizado e que ganhou um tom autoritário sob Napoleão. Sua gestão centralizada reforçou o liberalismo burguês mais diretamente do que na Grã-Bretanha. Se no modelo anglo-saxão o Estado era centro e território de uma sociedade civil e nação capitalistas, o modelo continental de Estado era mais centralizado, explicitamente nacionalista e ligeiramente mais despótico, fixando e reforçando normas mais capitalistas. Para Mann, a França deixara de ser um agregado de corporações particularistas e autoritárias, reunido pela monarquia e igreja, e se tornara uma sociedade civil capitalista mais dependente de um estado-nação do que a Grã-Bretanha.

Enfim, Mann caracterizou a Revolução Francesa como o principal exemplo de luta de classes no sentido marxista – embora inicialmente não fosse – e a única revolução burguesa com sucesso por mérito próprio: outras foram apoiadas pelos exércitos franceses e, com sua saída, fracassaram. Ao se perguntar como uma revolução burguesa só fora possível na França, Mann concluiu que isso se deveu ao desenvolvimento conjunto das classes sociais e da nação. Essa resposta partia de uma teoria resultante de uma sólida análise de fatos entre 1760 e 1914.

4. Sociologia e história para Skocpol e Mann

Na vasta literatura sobre a Revolução Francesa, a justaposição das análises de Skocpol e Mann evidencia certas interseções e seus traços singulares. À luz das visões sobre a revolução, esta seção discute como tais autores

apreenderam a sociologia e a história.

Para introduzir esse debate, a tabela 2 resume concepções de Skocpol (1985) e Mann (1993) a partir dos traços distintivos da sociologia histórica segundo Reis (1998): a procura pela causalidade de longa duração; o interesse pela política; e a ênfase no método comparado. A alusão ao foco da comparação apropria-se da tipologia de Skocpol e Sommers (1980) para os três usos da história comparativa em estudos sociológicos: ilustrando a teoria; restringindo o alcance explicativo da teoria; e visando a elaboração teórica, como em Skocpol (1985). A comparação histórica em Mann (1993) teria servido aos dois últimos desses propósitos.³

³ Tilly (1984) propõe outra tipologia de comparações, de grandes estruturas e longos processos: individualizantes; universalizantes; buscando variações; e abrangentes. Ele classifica a comparação histórica de Skocpol (1985) como universalizante (indica propriedades comuns entre todas as instâncias de um fenômeno). O autor deste artigo classificaria Mann (1993) assim, dada a proposição do modelo IEMP.

Tab. 2. Traços comuns e singulares em Skocpol e Mann

| | Skocpol, 1985 | Mann, 1993 |
|--|---|---|
| Busca da causalidade de longa duração | Análise de fenômenos macro-históricos | |
| | Grandes revoluções sociais | Origens do poder (1760-1914) |
| Interesse pela política | Maior interesse pela dimensão política da vida social | |
| | Perspectiva estrutural e ênfase na escala internacional e autonomia estatal | Poder político soma-se ao econômico, militar e ideológico (modelo IEMP) |
| Ênfase no método comparado | Comparação a serviço da análise e elaboração teórica | |
| | Para elaborar teoria sobre as causas das revoluções francesa, chinesa e russa | Serve à criação e qualificação de teoria do 1º volume |

As semelhanças entre Skocpol e Mann, como mostra a tabela, referem-se mais à opção comum de privilegiar a história, enquanto as distinções vinculam-se aos objetos da pesquisa, métodos e orientações teóricas, como a influência de teorias marxistas e do conflito (Skocpol) e das próprias concepções (Mann). Ambos ilustram uma percepção de Reis (1998) sobre a vertente sociológica deles: “No marco da sociologia histórica, a relação entre o particular e o genérico tem para o analista uma dupla função: não se trata apenas de estudar casos singulares para generalizar; busca-se

a generalização, a explicação teórica, para melhor iluminar o histórico, o singular” (*Idem*:21). Os estudos da Revolução Francesa ilustram bem tal ideia.

A circularidade entre a teoria generalizante e os eventos singulares que se verifica nas análises resenhadas distingue-as de uma leitura da Revolução Francesa como a de Hobsbawm (1977). Sem a intenção de propor teoria, o historiador inglês dedicou o primeiro volume de sua trilogia sobre o “longo século XIX” ao exame do que então chamou “dupla revolução”: a francesa de 1789 e a industrial

inglesa. A revolução que eclodiu até 1848 foi, segundo ele, “a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado” (*Idem*:17). Seu propósito foi reconstituir a trajetória daquelas “revoluções gêmeas” sem extrair generalizações, mas apenas retratar sua evolução e seus resultados tais elementos, por sinal, nomeiam as partes do livro.

A comparação entre as análises de Skocpol, Mann e Hobsbawm esclarece mais sobre a articulação entre teoria e história feita pelos dois sociólogos. Enquanto Hobsbawm narrou os eventos com um olhar predominantemente centrípeto (de fora para dentro), fornecendo uma descrição densa da revolução e seus agentes, Skocpol e Mann conciliaram tal abordagem com uma perspectiva centrífuga (de dentro para fora), propiciando uma teorização sobre os eventos à luz da análise comparativa com outros contextos nacionais. Não

se depreenda dessa imagem que Hobsbawm negligenciou a articulação da Revolução Francesa a eventos em outros países, mas só que seu foco foi o que havia de singular na segunda “revolução gêmea”, como em

Ao contrário das revoluções do fim do século XVIII, as do período pós-napoleônico foram intencionais ou mesmo planejadas. Pois o mais formidável legado da própria Revolução Francesa foi o conjunto de modelos e padrões de sublevação política que ela estabeleceu para uso geral dos rebeldes de todas as partes do mundo. (...) os modelos políticos criados pela Revolução de 1789 serviram para dar ao descontentamento um objetivo específico, para transformar a inquietude em revolução, e acima de tudo para unir toda a Europa em um único movimento ou, talvez fosse melhor dizer, corrente de subversão. (HOBSBAWM, 1977:130).

Outro trecho desse historiador, de um trabalho sobre revolução, foi citado por Skocpol (1985) como alerta relevante da sobrevalorização de indivíduos: “a evidente importância que os atores possam ter no drama (...) não significa que eles sejam também dramaturgo, produtor e cenógrafo. (...) as teorias que dão demasiada

ênfase aos elementos subjetivos ou voluntaristas na revolução devem ser tomadas com precaução” (HOBSBAWM *apud* SKOCPOL, 1985:30-31). O autor ilustra essa precaução em “A era das revoluções”, ignorado por Skopol e referido sem maior relevo por Mann (1993) em dois trechos. O melhor exemplo da cautela dos dois sociólogos quanto aos elementos voluntaristas são suas menções pontuais a Napoleão. A exposição sucinta de sua trajetória por Skopol visou apenas ilustrar as mudanças no Exército logo, no Estado francês. Mann, por sua vez, responsabilizou-o por “institucionalizar o Estado-nação enquanto castrou a cidadania política” (*Idem*:238).

Skopol e Mann se apoiaram decisivamente sobre fontes secundárias, a exemplo de Hobsbawm. Aliás, Mann citou ideias expressas mais de uma década antes por Skopol. Ele julgou acertada sua opção de analisar o efeito da geopolítica na luta de classes, em vez

do sentido inverso, geralmente mais estudado. Considerou, de modo um tanto controverso, porém, que Skopol não atingiu o desejo de corrigir a “centralidade da sociedade” das teorias pluralistas e marxistas com a perspectiva de “centralidade do Estado”. Outras discordâncias, já referidas neste texto, foram geradas pelo modelo “uma-classe” da autora para Mann, ela frisou corretamente o campesinato, mas ignorou muito a burguesia, a pequena burguesia e as disputas intralites e partidárias e pela caracterização da França de 1789 como um Estado em desenvolvimento tardio ou ímpar.

Divergências à parte, essas análises da Revolução Francesa evidenciam possibilidades aos estudos da história proporcionadas pela sua articulação com a sociologia, como saudaram Giddens (1984) e Abrams (1982) e contestaram autores como Goldthorpe (1991). Em meio às opções teóricas e metodológicas na sociologia histórica, há, naturalmente, as que para alguns

parecerão mais promissoras, como se vê no balanço de Skocpol sobre esse campo disciplinar:

Na avaliação final, sociólogos que orientam suas problemáticas historicamente, como Marc Bloch e Barrington Moore, podem nos dizer mais sobre estruturas sociais e mudança social do que sociólogos históricos que retrabalham, ou que argumentam com, paradigmas teóricos excessivamente genéricos. Esta é minha percepção de uma das lições mais importantes que podem ser aprendidas pela comparação dos feitos dos pesquisadores. (SKOCPOL, 2004:26).

Num recente panorama crítico da sociologia histórica, Subrt (2012) a identificou como uma disciplina diversificada que se esforça para propor teoria geral e tem uma gama de teorias especiais, mas também alcança direções especializadas e elabora pesquisas empíricas. “Isso sugere que a sociologia e história não se separaram completamente e, pelo contrário, que o volume do diálogo recém-iniciado entre os dois ramos se desenvolverá e intensificará ainda mais” (SUBRT, 2012:414, trad. livre). Após mais de duas décadas, as obras de Skocpol e Mann podem ser lidas

como estudos valiosos por abrirem veredas férteis a essa disciplina.

5. Conclusão

Ao contrário da maioria dos sociólogos, Skocpol e Mann não tomaram a história como mero ponto de apoio para a contextualização de sua análise. Em vez de apoio, eles fizeram da história a alavanca para suas teorias sobre as revoluções sociais e as origens do poder. A diferença entre um uso e o outro é significativa e este trabalho buscou esclarecê-la de modo ora explícito como no contraste com Hobsbawm (1977) ou na revisão de Mann sobre as três linhagens de estudos que relativizaram a visão da Revolução Francesa como luta de classes, ora implícito, como ao justapor as narrativas históricas e as respectivas teorias sobre o Estado. Ao oscilar entre a narrativa e a teoria, os autores teriam fluído em movimentos que se propôs chamar de “centrípetos” e “centrífugos” de fora para dentro, e

vice-versa, com um alcance para a compreensão do evento que apenas um desses enfoques seria insuficiente de alcançar.

Os dois estudos de sociologia histórica comentados contestaram, com base em muitas fontes secundárias, algumas explicações correntes para a ruína dos Bourbons, como a simples ascensão da burguesia e os efeitos colaterais do Iluminismo, avesso às práticas da autoridade central. Daí o oportuno questionamento a quem toma, sem maiores ponderações, a Revolução Francesa como “burguesa” e “capitalista”, o que costuma refletir desatenções como ao papel decisivo dos camponeses. Skocpol especificou as transições que tornam esses rótulos válidos e ela e Mann articularam as mudanças nas classes com aquelas do Estado. Em outro exemplo de bom aproveitamento da pesquisa histórica na sociologia, ainda que menos abrangente, Mann partiu de dados sobre o perfil dos líderes da Revolução para dar corpo

à alegada importância da ideologia para os desdobramentos após 1789.

Com análises que interpelaram duradouras controvérsias entre historiadores, Skocpol e Mann exemplificaram múltiplos méritos de se aliar a sociologia com a história, tornando concreta a circularidade entre as teorias e os eventos referida por alguns autores. A julgar pela contribuição da sociologia histórica para as disciplinas que nela convergem, são muito promissoras as tentativas de se pôr em prática a propalada transdisciplinaridade, no ensino e na pesquisa. Assim como este trabalho demonstrou em relação à confluência entre a generalização e a singularidade, as perspectivas abertas pelo encontro entre ciências humanas são mais amplas do que se poderia pensar inicialmente. Basta examinar o quanto a Revolução Francesa pode ser mais bem compreendida por meio daquelas duas abordagens para se certificar da pertinência de se transpor os limites consolidados por cada disciplina.

Referências

- ABRAMS, Philip. *Historical Sociology*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GOLDTHORPE, John H. The Uses of History in Sociology: Reflections on Some Recent Tendencies. *The British Journal of Sociology*. v. 42, 1991. p. 211-230.
- HOBSBAWN, Eric. *A era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KISER, Edgar; HECHTER, Michael. The Debate on Historical Sociology: Rational Choice Theory and Its Critics. *American Journal of Sociology*, v. 104, n. 3, 1998. p. 785-814.
- MANN, Michael. *The sources of social power, vol. I: the rise of classes and nation-states. 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- REIS, Elisa Pereira. Generalização e singularidade nas ciências humanas. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 13-25.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- _____. A imaginação histórica da sociologia. *Estudos de sociologia*. Araraquara, v. 16, 2004. p. 7-29.
- _____; SOMERS, Margareth. The Uses of Comparative Macro-History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, 22, 2, 1980. p. 174-197.
- SUBRT, Jiri. *History and Sociology: What is Historical Sociology?* In ERASGA, Dennis (ed.) *Sociological Landscape: Theories, Realities and Trends*. Rijeka: InTech, 2012. p. 403-416.
- TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1991.